

Termo de Convênio que entre si celebram o
**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE
ABC** e a **FUNDAÇÃO PARA O ESTUDO E
TRATAMENTO DAS DEFORMIDADES
CRÂNIO-FACIAIS – FUNCRAF.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC**, associação pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ/MF sob n. 58.151.580/0001-06, com sede na Av. Ramiro Colleoni, 05, Centro, Santo André – SP, neste ato representado por seu Secretário-Executivo, Sr. **ACÁCIO MIRANDA DA SILVA FILHO**, inscrito no CPF(MF) sob nº 223.904.558-24, portador da Cl. nº 19.109.709-3, expedida pela SSP/SP, doravante denominado simplesmente **CONSÓRCIO** e, e de outro lado, a **FUNDAÇÃO PARA O ESTUDO E TRATAMENTO DAS DEFORMIDADES CRÂNIO-FACIAIS**, pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos e de caráter filantrópico, com sede na Avenida Senador Flaquer, nº 130, Vila Euclides, São Bernardo do Campo, SP, CEP: 09.725-440, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.844.794/0002-29, neste ato representada, na forma de seus atos constitutivos pela Diretora-Presidente, Sr.^a **IRACEMA BAPTISTA JORGE**, inscrita no CPF/MF sob o nº. 708.363.708-30 e portadora da C.I. Nº 5.023.428-6 SSP/SP, doravante denominada **CONVENENTE**, resolvem, de comum acordo celebrar este **CONVÊNIO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

- 1.1** Este convênio tem por objeto o apoio financeiro a fim de custear o aluguel referente ao imóvel onde está instalada a subsede da **CONVENTE**, no

Município de São Bernardo do Campo, no endereço declinado no preâmbulo deste instrumento, para que possa melhor investir seus recursos na prestação de serviços aos portadores de malformações crânio-faciais e deficiências auditivas da Região do Grande ABC, sem a necessidade de redução do número de pacientes atendidos na região.

Parágrafo único - Exclui-se deste ajuste o apoio financeiro para o pagamento de impostos, taxas e contribuições de melhoria, que venham a incidir sobre o imóvel onde se encontra a subsede da CONVENENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PLANO DE TRABALHO

- 2.1.** Para alcance dos objetivos pactuados, a CONVENENTE se obriga a cumprir o PLANO DE TRABALHO, especialmente elaborado e aprovado pelo CONSÓRCIO, que passa a este instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo único – O detalhamento das metas, ações, atividades desenvolvidas e o respectivo cronograma físico-financeiro constam do PLANO DO TRABALHO.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

- 3.1.** Compete ao **CONSÓRCIO**:

- a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste convênio, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso do PLANO DE TRABALHO;
- b) Analisar os Relatórios Mensais de Execução Físico-Financeira e as Prestações de Contas relativas ao objeto deste convênio;
- c) Avaliar e aprovar as propostas de reformulações do PLANO DE TRABALHO, desde que não impliquem em mudança do objeto.

- 3.2.** Compete à **CONVENENTE**:

- a) Executar as atividades inerentes ao convênio, com rigorosa obediência ao PLANO DE TRABALHO, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados;

- b) Aplicar os recursos financeiros repassados pelo CONSÓRCIO, para pagamento do valor locativo referente ao imóvel onde se encontra instalada a subsede da CONVENENTE no Município de São Bernardo do Campo.
- c) Movimentar os recursos financeiros liberados pelo CONSÓRCIO em conta bancária específica;
- d) Não utilizar os recursos recebidos do CONSÓRCIO em finalidade diversa da estabelecida neste convênio;
- e) Prestar conta dos recursos recebidos junto com o relatório mensal de execução dos trabalhos;
- f) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este convênio;
- g) Garantir a manutenção de equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades referentes à contrapartida.

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Os recursos necessários à execução do objeto deste convênio correrão à conta dos orçamentos do CONSÓRCIO, por força de Contrato de Programa específico, firmado com os Municípios consorciados, bem como a fim de atender ação prioritária (Programa Inclusão Social e Direitos Humanos – Saúde – Ação prioritária: promover políticas públicas de prevenção, proteção e vigilância), alocados na dotação orçamentária específica constante nos autos do Processo Administrativo nº 075/2021.

4.2 Recursos do CONSÓRCIO

4.2.1. R\$ 113.966,16 (cento e treze mil, novecentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos), alocados para custeio deste convênio, pagos em parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 9.497,18 (nove mil, quatrocentos e noventa e sete reais e dezoito centavos).

4.2.2. Os valores referentes às parcelas serão depositados na conta da CONVENENTE: Banco do Brasil, agência nº 3369-3, conta corrente

nº 17.802-0, em até 5 (cinco) dias úteis, após aprovação da Diretoria de Programas e Projetos - DPP.

4.2.3. A liberação das parcelas do convênio será suspensa até a correção das impropriedades abaixo identificadas:

- a. Quando não ocorrer a comprovação da regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma do PLANO DE TRABALHO;
- b. Quando verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos; e
- c. Quando a CONVENENTE, seus prepostos ou contratados descumprirem quaisquer cláusulas ou condições do convênio.

4.2.4. Na hipótese de constatação de impropriedade ou irregularidade na execução deste convênio, será sustada a parcela a ser transferida, notificando-se a CONVENENTE para sanar a situação, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de glosa da parcela, sem prejuízo de aplicação de demais comunicações estabelecidas neste convênio.

4.3. Recursos da CONVENENTE

4.3.1. A título de contrapartida, a CONVENENTE manterá o mesmo número de atendimentos, na prestação de serviços aos portadores de malformações crânio-faciais e deficiências auditivas da Região do Grande ABC.

4.3.2. O número de atendimentos, bem como, o custeio das atividades desenvolvidas pela CONVENENTE integram o PLANO DE TRABALHO.

CLÁUSULA QUINTA **DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

5.1 Este convênio deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial.

5.2 É vedado a CONVENENTE:

- I. Utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida no PLANO DE TRABALHO, ainda que em caráter de emergência; e

- II. Realizar despesas em data anterior ou posterior a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1. Cabe ao CONSÓRCIO exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes do PLANO DE TRABALHO.
- 6.2. Para efetivo acompanhamento, controle e avaliação do PLANO DE TRABALHO, a CONVENIENTE obriga-se a encaminhar oficialmente ao CONSÓRCIO, os seguintes documentos:
 - I. Relatório mensal comprovando o efetivo pagamento do aluguel, bem como, do IPTU, referente ao imóvel onde está instalada a subsede no Município de São Bernardo do Campo, acompanhado de um relatório quantitativo, sucinto dos atendimentos efetuados no período, até o dia 30 de cada mês.
 - II. Relatório de execução físico-financeira e prestação de contas final, até trinta dias após o término da vigência do convênio, explicitando o número de atendimentos anual.

CLÁUSULA SÉTIMA VIGÊNCIA

- 7.1. Este convênio terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 27 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA OITAVA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 8.1. A prestação de contas dos recursos liberados pelo CONSÓRCIO, deverá ser elaborada com rigorosa observância dos critérios pactuados neste convênio.
- 8.2. A prestação de contas mensal será efetuada nos moldes preconizados na cláusula quarta, acompanhada dos documentos seguintes:

- I. Ofício de encaminhamento;
 - II. Cópia do recibo do aluguel e comprovante do pagamento do IPTU; e
 - III. Relatório quantitativo sucinto dos atendimentos efetuados no mês.
- 8.3.** A prestação de contas final, abrangendo o período da vigência do convênio será apresentada, até trinta 30 (trinta) dias corridos, após o vencimento do prazo de execução acompanhada de:
- I. Ofício de encaminhamento;
 - II. Relatório quantitativo dos atendimentos efetuados no período de vigência do convênio; e
 - III. Extrato da conta bancária, especificando o período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação do saldo bancário.

CLÁUSULA NONA DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

- 9.1.** A CONVENIENTE se compromete a restituir, no prazo de 10 (dez) dias, o valor transferido, acrescido dos rendimentos de aplicações financeiras, se houver, acrescidos de juros legais, nos seguintes casos:
- I. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste convênio; e
 - II. Quando não for apresentada a prestação de contas parcial ou final, salvo em casos de justificativa devidamente aceita pela CONSÓRCIO.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1.** O presente Convênio reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações; no Código Civil, no que couber; pelas Cláusulas deste Convênio; e pelo Plano de Trabalho inserto às folhas do Processo Administrativo nº 075/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

11.1. O foro competente para dirimir qualquer dúvida ou ação decorrente do presente Contrato é o foro da Comarca de Santo André, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, vai assinada pelas partes e testemunhas a tudo presente e de tudo cientes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os regulares efeitos de Lei e de Direito.

Santo André, 17 de dezembro de 2021.

ACÁCIO MIRANDA DA SILVA FILHO
Secretário-Executivo
Consórcio Intermunicipal Grande ABC

FUNDAÇÃO PARA O ESTUDO E
TRATAM DAS DEFOR
CRANIOF:50844794000148

Assinado eletronicamente pelo(a) FUNDACAO PARA O ESTUDO E TRATAM DAS
DEFOR (50844794000148)
em 17/12/2021 às 14:26:07
Data: 2021.12.17 14:26:07

IRACEMA BAPTISTA JORGE
Diretora-Presidente
FUNCRAF

Testemunhas:

RG:

Ricardo Maciente Costa
Procurador

Fabricio Licks Bertol
Assessor Administrativo

RG: